

A EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO NACIONAL DO CANADÁ NA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO

THE EXPERIENCE OF NATIONAL ARCHIVE OF CANADA IN APPRAISING ARCHIVAL RECORDS

Ivana Denise Parrela^a
Maria Juliana Nunes da Silva^b

RESUMO

Objetivo: tem-se por objetivo analisar como a *Library and Archives Canada* (LAC), o seu Arquivo Nacional, alicerça suas bases teóricas e como se dá suas ações práticas na função avaliação de documentos, principalmente com a macroavaliação. **Metodologia:** A pesquisa é de natureza básica, qualitativa e exploratória, realizou-se análise documental na página eletrônica do Arquivo Nacional do Canadá e aplicação de questionário. **Resultados:** Canadá, no período pós-guerra, inicialmente seguiu os passos dos Estados Unidos, mas depois abriu seu próprio caminho de acordo com seus problemas e realidades, elaborando preceitos teóricos e instrumentos práticos referentes a ação da avaliação de documentos. **Conclusões:** Foi relevante perceber a base teórica utilizada por essa instituição de destaque, e também como é o seu fazer no âmbito da avaliação de documentos, os instrumentos utilizados e as dificuldades enfrentadas, às vezes semelhantes às nossas, mesmo em um país desenvolvido como o Canadá.

Descritores: Avaliação de documentos. Arquivo Nacional. *Library and Archives Canada* (LAC). Macroavaliação.

1 INTRODUÇÃO

Quando se pensa nas práticas de avaliação de documentos de arquivo no Canadá, a macroavaliação de Terry Cook se destaca, pois sua teoria e metodologia se tornaram conhecidas internacionalmente. Ele mesmo se

^a Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil. E-mail: ivanaparrela@ufmg.com

^b Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil. Email: mariajulianasilva.js@gmail.com

considera o principal arquiteto dessa abordagem (Cook, 2005).

O Canadá, além de ser um grande produtor de documentos, conta com profissionais que desenvolveram uma literatura sólida no campo epistemológico, influenciando inclusive a produção acadêmica de outros países. Inicialmente, o país seguiu o modelo teórico e prático dos Estados Unidos, mas, posteriormente, desenvolveu suas próprias teorias e metodologias. Ademais, está entre os países que são grandes referências para a produção teórica arquivística brasileira (Marques, 2011).

Considerando esses aspectos, esta pesquisa¹ tem por objetivo analisar como a *Library and Archives Canada* (LAC), o Arquivo Nacional canadense, fundamenta suas bases teóricas e realiza suas ações práticas no processo de avaliação de documentos de arquivo, uma das principais funções arquivísticas. Esse processo é essencial, pois determina o que será preservado como patrimônio documental do país.

A pesquisa é de natureza básica, caráter qualitativo e exploratório. A coleta de dados incluiu pesquisa e análise documental no site do Arquivo Nacional do Canadá, considerado fonte primária, por ser um documento arquivístico, a respeito de como discorre sobre a sua base teórica e prática na avaliação documental. Além disso, aplicou-se um questionário à instituição, cuja análise foi realizada por meio da transcrição e tradução não literal das respostas.

A macroavaliação, adotada no final dos anos 1980 pelo Arquivo Nacional do Canadá², foi formalmente lançada pelo governo canadense na primavera de 1991. Antes desse período, o método de avaliação de Schellenberg era a principal influência (Cook, 2005).

¹ Esse artigo é parte de uma pesquisa de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 2022.

² O nome “Arquivo Nacional do Canadá” é referenciado para o período posterior a 1987; e “Arquivos Públicos do Canadá” se refere especificamente ao período anterior à 1987. Desde sua fusão com a Biblioteca Nacional do Canadá em maio de 2004, os Arquivos Nacionais do Canadá agora fazem parte da Biblioteca e Arquivos do Canadá (*Library and Archives Canada*).

2 O HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS NA LAC

Terry Cook, no artigo "*Macroappraisal in Theory and Practice: Origins, Characteristics, and Implementation in Canada, 1950–2000*", descreve o percurso da abordagem canadense na avaliação documental, sendo esta a principal referência para esta seção.

Os Arquivos Públicos do Canadá foram criados em 1872, cinco anos após a Confederação, e desde então demonstraram preocupação com a preservação do patrimônio documental. Em 1912, a "*Public Archives of Canada Act*" proibiu a eliminação de documentos sem aprovação do *Dominion Archivist*, o que, de certo modo, já envolvia avaliação documental, ainda que implicitamente (Cook, 2005).

Como em muitos países, o Canadá enfrentou uma explosão documental após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Cook (2005), o volume de documentos do governo aumentou significativamente devido à intensa administração de guerra, resultando em uma crise de espaço. Em resposta, o governo canadense criou o *Public Records Committee* em 1945, com representantes de várias agências e da *Canadian Historical Association*, para gerir a destruição de documentos antigos e incentivar a gestão documental.

[...] O arquivista de domínio era o presidente desse comitê e tinha como funções: controlar o processo de autorização quando os departamentos solicitassem permissão para destruir documentos antigos; aprovar as ações de microfilmagem, a nova tecnologia da informação da época; e incentivar a gestão de documentos como ampla função. (Cook, 2005, p. 107, tradução nossa).

A avaliação documental no Canadá foi inicialmente influenciada pelas práticas americanas, especialmente as ideias de Theodore R. Schellenberg.

Não é um grande exagero dizer que as ideias de Schellenberg sobre gestão de documentos do governo e avaliação de documentos, diretamente ou por meio de seus sucessores, têm dominado o pensamento arquivístico mundial desde meados do século XX até a última década. O Canadá certamente não foi exceção, embora tenha adotado-os apenas gradualmente, como na mudança de gestão dos documentos do governo, necessários entre os anos 1950 e 1970. (Cook, 2005, p. 107, tradução nossa).

Ainda de acordo com Cook (2005), neste período dos anos 1950, os Arquivos Públicos adotaram o ciclo de vida, advindo da abordagem americana.

Na terceira fase do ciclo existia um instrumento administrativo com uma tabela contendo os prazos de guarda dos documentos (*records schedule*³), além da destinação final com base em avaliação arquivística. Os Arquivos Públicos também construíram centros de armazenamento de documentos (espécie de arquivos intermediários tal como nos Estados Unidos) por duas décadas, que também serviram como ponto focal para cursos, treinamentos e publicações para a nova profissão – os *records managements*⁴.

Em 1966 o *Public Records Order* transferiu o controle da eliminação de documentos públicos, do *Public Records Committee* para o *Dominion Archivist*, incentivou a gestão sistemática de documentos nos departamentos e tornou a tabela de temporalidade e destinação de documentos obrigatória e sistemática e não apenas quando a autorização de eliminação fosse requerida.

Cook (2005) criticou que o conceito de ciclo de vida de Schellenberg não previa que o arquivista trabalhasse "na linha de frente", de forma colaborativa com o gestor de documentos, durante a fase ativa do ciclo, para avaliar documentos como parte de um regime holístico de gestão de documentos (*recordkeeping regime*). Na prática, isso raramente ocorria. Após nove anos de operação, cerca de 80% dos documentos da central de armazenamento ainda não haviam sido avaliados.

Até o início dos anos 1980, houve um acúmulo de documentos nos departamentos e seus porões, onde o arquivista era chamado para realizar a avaliação "no local" quando não tinha mais espaço, e caso os documentos fossem considerados de valor, iriam para os Arquivos Públicos, sem passar pelos centros de documentação. E essa realidade se deu apenas em Ottawa, para documentos com suporte papel, foco textual, e pensando apenas na terceira fase dos documentos. (Cook, 2005, p. 109, tradução nossa).

Wilson (1994) afirmou que, antes de meados da década de 1980, a avaliação nos Arquivos Públicos do Canadá recebeu menos ênfase do que outras funções arquivísticas, como custódia e serviço público. O Arquivo Nacional do Canadá realizou um estudo convencional do processo de

³ O termo *records schedule* se traduz como tabela de temporalidade, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005).

⁴ Os *records managements* são os profissionais que trabalham na gestão de documentos, separados dos *archivists*, os arquivistas que trabalham no arquivo permanente.

elaboração de tabelas de temporalidade e destinação de documentos e negociou autorizações de destinação com instituições governamentais.

Cook (2005) ressaltou que na década de 1970, nos Arquivos Públicos do Canadá, os arquivistas foram sendo treinados no método Schellenberg de avaliação. Assim, no final da década de 1980, a teoria e os métodos de avaliação dos documentos do governo nos Arquivos Públicos evoluíram de recepção passiva para avaliação ativa, na análise com base na empatia histórica e intuição, a atribuição schellenbergiana de categorias de valores, todos impulsionados pelo desejo de ter o melhor documento para uso em pesquisa histórica.

Segundo Cook (2005), questões de eficiência administrativa, economia de custos, gestão do espaço e eliminação de documentos desnecessários para ganhar espaço dominaram o processo de avaliação, não identificando os melhores documentos de arquivo. Ele destacou alguns problemas: havia confusão entre a guarda dos documentos de longo prazo com guarda com fins legais e fiscais junto a documentos com fins históricos e com valor de arquivo (valor para guarda permanente); os centros de documentação eram usados para armazenar documentos de curto prazo e não com caráter intermediário; os relatórios internos eram cada vez mais críticos, cujos melhores documentos não estavam sendo avaliados, muito menos destinados e considerados como arquivos permanentes.

Tanto a lei de privacidade (proteção a informações pessoais sensíveis, criada em 1983), a lei de acesso à informação (1985), quanto a atualização da nova lei nacional de arquivos do Canadá (2004) influenciaram o modo de eliminação dos documentos públicos (Canada, 1983; Canada, 1985; Canadá, 2004).

A análise interna subsequente a essa situação levou o Arquivo Nacional a documentar a avaliação e a destinação (no início, ainda usando a tradicional abordagem de avaliação baseada no uso de Schellenberg) de forma mais completa e transparente. Isso deveria ser feito para esclarecer as funções e, especialmente, as responsabilidades dos departamentos versus Arquivo, em termos de configuração dos prazos de guarda e o tempo real de eliminação de

documentos (em oposição à autorização para fazê-lo); bem como para vincular formalmente os documentos de arquivo à autorização de destinação das tabelas de temporalidade e destinação de documentos com cada nova adesão de documentos de arquivos recebidos, contendo trilha de auditoria da eliminação e processos de avaliação. Esse evento marcou um grande esforço de reengenharia dos processos de destinação dos documentos no Arquivo Nacional, eventualmente levando a nova abordagem planejada, a estrutura operacional da macroavaliação.

No entanto, as falhas detectadas na gestão documental ao longo das décadas seguintes impulsionaram a criação de uma nova metodologia, a macroavaliação, que focaliza a avaliação dos contextos de criação dos documentos, ao invés de focar nos documentos em si (Cook, 2018). Essa metodologia leva em consideração as funções governamentais e o impacto dessas ações sobre a sociedade e os cidadãos.

Terry Cook trabalhou no Arquivo Nacional do Canadá de 1975-1998, seu último cargo foi gerente sênior, responsável por dirigir o programa de avaliação e destinação de documentos da instituição para todos os formatos de documento. Um colaborador prolífico na literatura profissional, Cook criticou as abordagens tipicamente norte-americanas para avaliação e concentrou-se no estabelecimento de taxonomias de valor e sistematização de vários “valores”, como evidencial (probatório), informativo, legal, primário e secundário. Em vez disso, Cook propôs uma mudança de foco da avaliação do documento para o contexto de sua criação, do artefato físico para o propósito intelectual por trás dele. Sua metodologia macroavaliativa foi desenvolvida por meio dos estudos *Records and Archives Management Programme* (RAMP) para o Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

Segundo Tognoli e Guimarães (2011), Cook propôs uma abordagem mais contextual, envolvendo a análise sociocultural e ideológica da criação dos documentos, enfatizando seu papel ativo na formação da memória humana e organizacional. Ele também abraçou o pós-modernismo, que ofereceu uma nova forma de repensar os conceitos tradicionais da teoria arquivística, especialmente no que tange à avaliação documental.

Cook abraçou com entusiasmo a teoria pós-modernista⁵, argumentando que ela fornecia uma oportunidade para reexaminar os conceitos e abordagens tradicionais da teoria arquivística e para atualizar e iluminar o pensamento sobre avaliação.

Adentrando especificamente na metodologia, a macroavaliação adotada pelo Arquivo Nacional do Canadá, e conforme o próprio Cook (2018) define, é funcional estrutural, focalizando a pesquisa nos produtores dos documentos e não diretamente na sociedade, considerando que tais produtores, bem como os cidadãos e as organizações com que eles interagem, representam indiretamente o funcionamento coletivo da sociedade. A avaliação não contempla primeiramente os documentos individuais, e sim as funções, tarefas ou atividades governamentais que geram os documentos. A dimensão do projeto canadense envolve, igualmente, a interação do cidadão com o Estado e o impacto das ações deste último sobre os cidadãos.

3 AS PRÁTICAS DA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO NA LAC

O Arquivo Nacional do Canadá resultou da fusão entre a Biblioteca Nacional do Canadá e os Arquivos Nacionais do Canadá. A *Library and Archives Canada* (LAC) foi criada por meio dessa fusão, sob a liderança do ex-Bibliotecário Nacional, Roch Carrier, e do Arquivista Nacional, Ian Wilson. Segundo Snyder (2015, local.1, tradução nossa), os dois “[...] perceberam que as linhas tradicionais entre arquivos e bibliotecas estavam se confundindo, e que era hora de nos unirmos como um recurso para todos os canadenses [...]”. A união formal dessas instituições ocorreu em 21 de maio de 2004, quando o governo do Canadá aprovou a Lei de Biblioteca e Arquivos do Canadá (*Library and Archives of Canada Act*), e Ian Wilson assumiu a posição de primeiro bibliotecário e arquivista do Canadá, em julho de 2004.

Parte da metodologia utilizada, a pesquisa documental na página

⁵ O pós-modernismo é um conjunto de críticas práticas que permearam muitos aspectos da sociedade e desafiaram ideias sobre narrativa, significado e verdade.

eletrônica da instituição⁶ foi realizada no ano de 2021 e teve como parâmetro levantar e registrar todas as informações relativas à avaliação e ao processo avaliativo de documentos da LAC constatare nas seções da página. A busca foi feita pela palavra-chave “*appraisal*” e todo o conteúdo remetido foi considerado.

A LAC, regida pela *Library and Archives of Canada Act*, tem como missão: a) preservar o patrimônio documental do Canadá para o benefício das gerações presentes e futuras; b) ser uma fonte duradoura de conhecimento acessível a todos, contribuindo para o avanço cultural, social e econômico do Canadá como uma sociedade livre e democrática; c) facilitar a cooperação entre as comunidades envolvidas na aquisição, preservação e difusão de conhecimento; d) servir como a memória contínua do Governo do Canadá e de suas instituições (LAC, 2021a).

No que concerne à eliminação, a mesma lei discorre:

[...]12 (1) Nenhum documento governamental ou ministerial, seja ou não propriedade excedente de uma instituição governamental, deve ser eliminado, inclusive sendo destruído, sem o consentimento por escrito do Bibliotecário e Arquivista ou de uma pessoa a quem o Bibliotecário e Arquivista tem, por escrito, delegação de dar tais consentimentos. [...]

13 (1) O recolhimento aos cuidados e controle do Bibliotecário e Arquivista de documentos governamentais ou ministeriais que se considera ter valor histórico ou arquivístico¹¹⁷ [para guarda permanente] deve ser efetuada mediante acordos para recolhimento de documentos, que podem ser feitos entre o Bibliotecário e Arquivista e a instituição governamental ou pessoa responsável pelos documentos¹¹⁸ [...] (LAC, 2021a, local. 1, tradução nossa).

Portanto, em virtude da Lei de Bibliotecas e Arquivos do Canadá, a eliminação de documentos administrados por instituições governamentais cobertas pela lei deve ocorrer de acordo com processos e procedimentos que permitam a identificação e preservação de documentos de arquivo e históricos, e para a eliminação ocorrer, deve ser previamente autorizada.

Em relação à metodologia de avaliação consta na página:

A LAC baseia-se na metodologia de macroavaliação para

⁶ Endereço atual da página eletrônica: <https://library-archives.canada.ca/eng>. Os documentos e informações coletadas no site localizaram-se no seguinte caminho: Canada.ca – Library and Archives Canada- Services – Services for the Government of Canada – Information management and disposition. Com o passar do tempo, alguns endereços e informações podem sofrer alteração ou não estar mais disponível, conforme dinâmica da página.

identificar documentos de valor histórico ou arquivístico para instituições sujeitas à lei da LAC, enfatizando o contexto da criação de documentos sobre o conteúdo. Sob a macroavaliação, a análise é realizada para compreender o papel do criador de documentos na sociedade e no governo do Canadá, seu relacionamento com outras instituições governamentais e cidadãos, e seu mandato e atividades ao longo do tempo (LAC, 2021b, local. 1, tradução nossa).

A teoria da macroavaliação no Arquivo Nacional é baseada no pressuposto de que os valores sociais devem fornecer o contexto para a tomada de decisão da avaliação. Essencialmente se destina a documentar tanto a funcionalidade do governo em seu papel de administrador público quanto ao impacto que suas políticas, programas e serviços têm sobre os cidadãos no contexto amplo da governança.

Na página eletrônica, um material⁷ disponível para consulta, à época, sobre a macroavaliação. Basicamente, de forma mais resumida, neste documento Cook, principal autor, reforçou o que afirmou em seus artigos: a teoria vem primeiro e, a partir dela, estratégia, metodologia e prática são derivadas sucessivamente. A pesquisa é o elemento-chave na aplicação da metodologia de avaliação. Os arquivistas devem, primeiro, se familiarizarem com a metodologia e critérios contidos no Plano Governamental (*Government-Wide Plan*), que é um exemplo de macroavaliação concebido em seu sentido mais amplo. Devem realizar uma macroavaliação adicional da instituição para identificar os alvos apropriados de acordo com sua importância percebida de uma perspectiva do arquivo. Os arquivistas também devem revisar as decisões de avaliação anteriores e precedentes para as outras funções específicas da instituição, bem como funções semelhantes realizadas por outras instituições do governo, consultando as informações disponíveis no Sistema de Controle de Autorização de Destinação de Documentos (*Records Disposition Authority*)⁸

⁷ *Appraisal Methodology: MacroAppraisal and Functional Analysis Part A: Concepts and Theory e Guidelines for Performing an Archival Appraisal on Government Records*

⁸ A palavra disposition não consta no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – DIBRATE. Para a tradução recorreremos à tradução da norma ISO15489/16 que, em linhas gerais, se refere à destinação dos documentos. Disposition authority é a autorização para destinação ou o conjunto de processos relacionados com a aplicação das decisões sobre prazos de guarda, conservação, eliminação ou transferência de informação de arquivo, consignadas em instrumentos legais de avaliação arquivística.

Control System - RDACS) e arquivos de registro de destinação internas relacionadas. Além disso, os arquivistas precisam estar familiarizados com as decisões de avaliação de todo o governo, feitas na Autorização de Destinação Multi-Institucional (*Multi-Institutional Disposition Authorities - MIDA*).

A investigação pode abranger legislação, mandatos, políticas relevantes, funções, atividades e programas, análise dos documentos (quando necessário para obter informações contextuais a fim de entender como a instituição se organizou para entregar programas e serviços e como suas funções e processos de negócios operam), consulta de outras fontes publicadas, e entrevistas com funcionários departamentais, especialmente em políticas sênior e níveis operacionais de trabalho. Informações de apoio também podem ser obtidas por pesquisas sobre funções departamentais, estruturas de planejamento operacional, estudos de reengenharia de processos de negócios e projetos, análises de áreas de negócios, relatórios de projetos de sistemas de computador e análises de fluxo de trabalho, para, enfim, realizar o levantamento de hipóteses feita pelo arquivista no processo de avaliação.

Para atender aos requisitos legislativos, a LAC emite autorizações de destinação de documentos (*Records Disposition Authorizations – RDAs* ou apenas *DA - Disposition Authorizations*), que são espécies de planos de destinação, para permitir que instituições governamentais descartem os documentos que não têm mais valor operacional, seja permitida sua eliminação (a critério das instituições), exigindo seu recolhimento para a Biblioteca e Arquivos do Canadá, ou concordando com sua alienação do controle do Governo do Canadá (*Government of Canada - GC*).

As autorizações são emitidas de duas formas: Autorizações de Destinação Específicas da Instituição" (*Institution Specific Disposition Authorizations - ISDAs*), que fornecem autorizações de descarte e guarda que se relacionam a documentos administrados por uma única instituição governamental e as Autorizações de Destinação Multi-Instituições" (*Multi-Institution Disposition Authorizations - MIDAs*), que fornecem autorizações de descarte e guarda, sob certos termos e condições, que se relacionam a documentos gerenciados por todas ou por um grupo identificado de instituições

governamentais que tenham status administrativo ou operacional semelhante.

Documentos administrativos comuns são aqueles criados, coletados ou recebidos por uma instituição do governo federal para apoiar e documentar funções e atividades administrativas internas amplas, comuns ou compartilhadas por todas as instituições do governo federal. Os exemplos deste tipo de MIDAs incluem gestão de imóveis, finanças e gestão de recursos humanos, seria uma analogia ao Brasil, a um instrumento da atividade-meio da Administração Pública Federal (LAC, 2021c).

Documentos operacionais são documentos criados, coletados ou recebidos por uma instituição do governo federal para apoiar e documentar funções de negócios, programas, processos, transações, serviços e todas as outras atividades exclusivamente ou especificamente atribuídas a essa instituição em particular por legislação, regulamento ou política, o que denominamos no Brasil como atividade-fim.

Uma autorização de destinação emitida pela LAC para permitir a eliminação de documentos por uma instituição governamental não constitui uma exigência de eliminação, nem fornece orientação quanto ao momento da eliminação dos documentos, indica que a LAC determinou que esses documentos não precisam ser preservados para arquivamento futuro ou uso histórico dos canadenses. A responsabilidade com relação à decisão de eliminar os documentos e o momento da sua eliminação cabe exclusivamente às instituições governamentais individuais, de acordo com qualquer responsabilidade legal resultante da aplicação de qualquer outra legislação federal ou exigência legal.

A determinação dos prazos de guarda de documentos administrativos e gestão do ciclo de vida dos documentos é de responsabilidade exclusiva de cada instituição governamental. Atualmente, existem cerca de 200 instituições governamentais sujeitas à lei da LAC, que criam documentos que precisam ser avaliados.

A *Library and Archives Canada* criou um conjunto de ferramentas de avaliação genéricas (*Generic Valuation Tools - GVT*) que descrevem atividades administrativas comuns (ou “serviços internos”), os recursos de informação de

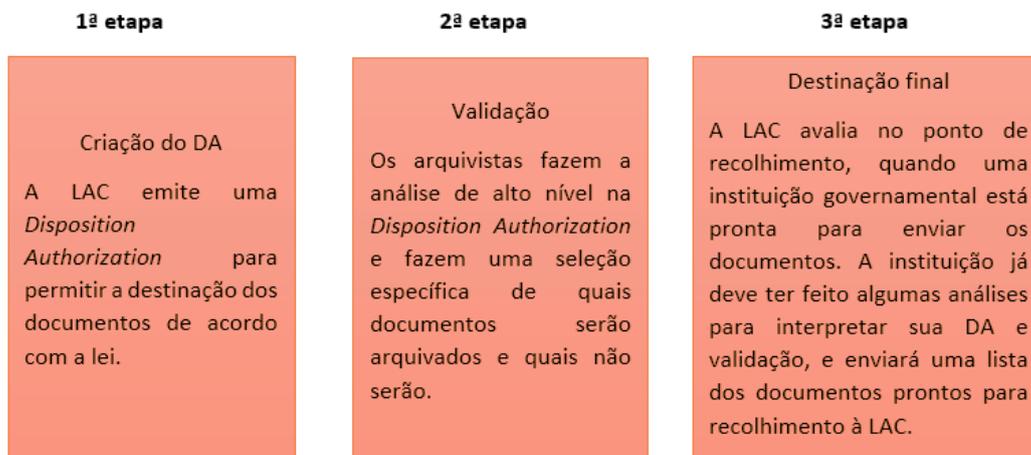
valor empresarial (*Identification of information resources of business value IRBV*), que essas atividades produzem e os períodos de guarda recomendados. Estas são apenas sugestões e devem ser usadas apenas se adequadas aos requisitos legislativos, políticos e comerciais de uma instituição. As especificações de guarda recomendadas em GVT são determinadas com base em melhores práticas tradicionais, uma revisão da legislação e política governamental e a validação de especialistas no assunto.

Como esse instrumento prescreve prazos de guarda, ainda que como sugestões, não são prazos obrigatórios às agências pela LAC, são espécies de tabelas temporalidade sugestivas para documentos gerais às instituições.

A GVT não fornece autorização para descartar quaisquer documentos. A autorização para eliminar é fornecida às instituições por meio das Autorizações de Destinação de Documentos (*Records Disposition Authorizations - RDAs*) assinadas pelo Vice-Diretor e Bibliotecário e Arquivista do Canadá. A maioria das GVT operacionais contém períodos de guarda recomendados com base em contribuições de especialistas no assunto em todo o Governo do Canadá. GVT são projetadas como ferramentas genéricas a serem personalizadas de acordo com o contexto específico de negócios de uma instituição.

Essas ferramentas abordam cada um dos onze serviços internos identificados pela Secretaria do Conselho do Tesouro do Canadá (*Treasury Board of Canada Secretariat -TBS*): gestão e supervisão, comunicações, serviços jurídicos, gestão financeira, gestão de recursos humanos, gestão da informação, tecnologia da informação, gestão de bens imóveis, gestão de materiais, serviços de aquisição e viagens e outros serviços administrativos.

Figura 1 – Etapas da avaliação LAC.



Fonte: Autoras, 2023

Na análise da página da LAC foi possível perceber que a macroavaliação é a metodologia oficial da instituição. Existem alguns instrumentos de auxílio aos órgãos no processo de avaliação, a *Library and Archives Canada* facilita os meios pelos quais as instituições governamentais podem definir períodos de guarda para seus documentos, fornecendo conselhos e servindo como uma fonte de especialização, ainda que toda a responsabilidade pelo processo seja da instituição.

Em resumo, como consta na seção “*Government Records Appraisal and Disposition Program*”, de acordo com a Lei da Biblioteca e Arquivos do Canadá, nenhum documento governamental pode ser descartado sem o consentimento por escrito do Bibliotecário e Arquivista do Canadá ou de seu delegado. Este consentimento é fornecido por meio da emissão para instituições federais de Autorizações de Destinação (*Disposition Authorizations - Das*), que são aprovadas pelo Bibliotecário e Arquivista Adjunto. Essas autorizações também obrigam o recolhimento de documentos de valor arquivístico ou histórico para a *Library and Archives Canada* quando eles não têm mais valor comercial. Os DAs são desenvolvidos e implementados de acordo com o programa de Avaliação e Destinação de Documentos do Governo.

O programa atual é o resultado de uma renovação completa, que se seguiu ao relatório de 2014 do Auditor Geral do Canadá. Este relatório destacou a falha da LAC em fornecer autorização de destinação para todas as instituições

federais:

[...] na verdade, apenas 25% tinham cobertura de destinação específica em 2014. O programa renovado permitiu que a LAC fornecesse cobertura de 100% para as então 175 instituições do Governo do Canadá sujeitas à sua lei em 2018, feito nunca antes realizado pela LAC e suas instituições predecessoras em quase 150 anos de existência (LAC, 2019, local. 1, tradução nossa).

De acordo com a metodologia de avaliação atual da LAC para arquivos governamentais, os documentos são, primeiro, considerados em relação ao seu contexto de criação e não às informações que contêm. Essa abordagem, conhecida como macroavaliação, é o alicerce teórico e metodológico do programa. A identificação de documentos específicos é realizada em uma fase subsequente denominada “validação”.

Tendo sido fornecida cobertura de destinação total recentemente, os arquivistas da Divisão de Arquivos do Governo (*Government Archives Division - GAD*), setor pertencente à LAC, estão trabalhando ativamente com instituições federais na implementação de seus DAs por meio deste processo de validação.

A seleção de arquivos é muito sensível, pois apenas uma pequena parte dos documentos do governo é identificada para recolhimento à LAC. Como as partes interessadas podem expressar interesse na justificativa por trás dessa seleção, o programa tem um processo de tomada de decisão documentado e transparente para dar conta das decisões de avaliação.

Deve-se notar que, enquanto o GAD aumentou a cobertura de destinação em 75% durante os últimos anos e agora é responsável por 177 instituições, o número de arquivistas permaneceu em 38. Todos os arquivistas do GAD são responsáveis por um portfólio de instituições variando de 5 até uma dúzia de departamentos o que limita a capacidade de ser mais proativo e envolvido com as instituições do governo do Canadá (LAC, 2019, local. 1, tradução nossa).

Segundo a LAC (2019), alguns gerentes seniores de instituições federais expressaram preocupação com a duração do processo de validação. O estado da gestão da informação nas instituições federais tem um impacto significativo no ritmo da validação e pode ser uma fonte de atrasos. Além disso, a seleção feita durante a validação muitas vezes precisa ser revisada para refletir as mudanças legais, organizacionais e tecnológicas dentro das instituições.

A macroavaliação, criada e implementada no Arquivo Nacional do Canadá sob a liderança de Terry Cook, ainda é considerada

na vanguarda da ciência arquivística. A aplicação atual dessa abordagem pela LAC por meio de seu programa de avaliação e destinação ainda desperta interesse nas comunidades arquivísticas nacionais e internacionais (LAC, 2019, local. 1, tradução nossa).

O atual programa de avaliação e destinação é o resultado de uma reformulação profunda e completa dos processos da LAC. A abordagem revisada simplificou a criação e implementação de DAs tanto quanto possível, mas esses processos ainda exigem um sério comprometimento de recursos por parte das instituições e da LAC.

Ao final da seção, é informado que a identificação do patrimônio documental do Governo do Canadá é um processo interativo contínuo, pois as transformações digitais afetam o modo como as informações são criadas e usadas na administração federal, tal esforço requer um forte relacionamento entre as instituições da LAC e do Governo do Canadá.

3.1 ANÁLISE DESCRITIVA A PARTIR DA COLETA DE DADOS POR MEIO DO QUESTIONÁRIO

O questionário como ferramenta para a coleta de dados é uma ferramenta essencial na metodologia de pesquisa. Sua aplicação em uma grande instituição de outro país, principalmente em um momento pandêmico⁹, se mostrou eficiente e trouxe dados importantes que não consta nem na página oficial e nem na literatura da área.

O primeiro contato para solicitar a aplicação do questionário foi realizado por meio do site da *Library and Archives Canada* (LAC), utilizando o canal *Contact Us*, em janeiro de 2021. No mesmo mês, o setor de *Reference Services* autorizou o envio do instrumento, comprometendo-se a encaminhá-lo aos funcionários mais qualificados para respondê-lo. O questionário foi enviado em

⁹ Essa técnica se mostrou vantajosa tendo em vista o cenário mundial de pandemia do vírus SARSCoV2, identificado no ano de 2019, causador da doença Covid19. No momento em que as demandas de trabalho se alteraram, a realização das atividades acadêmicas e laborais, em grande parte, passaram a ser desenvolvidas à distância e em ambiente domiciliar, o trabalho em home office trouxe uma dinâmica diferente nas instituições e para os trabalhadores, o questionário tornou-se uma ferramenta flexível ao novo cenário em contrapartida à entrevista. O instrumento tem, também, a vantagem de facilitar uma melhor tradução e cotejamento das análises entre os respondentes, os artigos levantados, as informações coletadas nas páginas eletrônicas e o levantamento bibliográfico.

1º de fevereiro de 2021 por correio eletrônico, e no dia 10 de março, a LAC retornou com o questionário devidamente respondido¹⁰. A responsável pelas respostas foi Jenna Murdock Smith, arquivista líder com especialização em avaliação de documentos governamentais (*Lead Archivist specialization in government records appraisal*).

Ao ser questionada sobre a existência de interação entre a LAC e os produtores de documentos nas instituições governamentais, Smith (2021) respondeu afirmativamente, mas com ressalvas. Segundo ela:

A Library and Archives of Canada Act especifica que nenhuma instituição do Governo do Canadá, sujeita à Lei, pode destinar informações governamentais sem o consentimento por escrito do Bibliotecário e Arquivista do Canadá. Dessa forma, apenas a LAC pode autorizar a destinação de informações do governo, e, portanto, as instituições governamentais não realizam avaliações. A Secretaria do Conselho do Tesouro do Canadá (*Treasury Board of Canada Secretariat - TBS*) é responsável por fornecer orientação geral sobre a gestão de documentos, de modo que a LAC não é a líder na criação de políticas e procedimentos de gestão documental. Dito isso, a Lei especifica que a LAC tem a responsabilidade 'facilitar a gestão da informação por instituições governamentais', mas esta cláusula é vaga e sujeita a interpretações, visto que a relação entre a LAC e o TBS no que tange à orientação de gestão documental não é claramente definida na legislação (Smith, 2021, p.3, tradução nossa).

Quanto à existência de arquivistas trabalhando nas agências governamentais, Smith afirmou que não há arquivistas atuando diretamente nas instituições governamentais, além daqueles vinculados à LAC, justificando que o papel do arquivista na LAC está relacionado ao arquivo permanente.

Quando indagada sobre o momento em que ocorre a avaliação no ciclo de vida dos documentos, Smith (2021) explicou que:

A avaliação ocorre em diversos estágios do ciclo de vida, uma vez que a LAC utiliza a metodologia da macroavaliação para estruturar o programa de descarte. O primeiro estágio é a criação da Autorização de Destinação (*Disposition Authorization*), que é o instrumento legal utilizado para permitir a destinação de documentos conforme a *Library and Archives of Canada Act*. Essa etapa envolve uma avaliação de alto nível das atividades desempenhadas por uma instituição governamental, com foco nas funções e no contexto da criação dos documentos.

¹⁰ As perguntas e respostas completas do questionário se encontram na tese que originou esse artigo.

Isso envolve uma avaliação de alto nível das atividades gerais realizadas por uma instituição governamental que enfatiza as funções e o contexto da criação de documentos. Como tal, as áreas de interesse arquivístico são identificadas antes da criação dos documentos. Após essa fase, ocorre a validação, em que os arquivistas realizam uma análise mais específica dos documentos a serem arquivados. Isso geralmente está alinhado com as tabelas de temporalidade e destinação de documentos das instituições governamentais (government institution's recordkeeping schedules¹¹) ou análises de negócios que eles usam para gerir seus documentos. Novamente, essa avaliação pode ser aplicada antes da criação dos documentos ou no início do ciclo de vida. O terceiro estágio ocorre no momento do recolhimento, quando a instituição está pronta para enviar os documentos à LAC. A instituição já deve ter feito algumas análises para interpretar sua DA e validação e nos enviará uma lista dos documentos prontos para recolhimento. O arquivista irá, então, confirmar que eles estão aptos a arquivamento antes de aceitar o recolhimento. Essa seria a etapa de destinação final no ciclo de vida para identificar o que é preservado na LAC para as gerações futuras. Por fim, em alguns casos limitados, a LAC realiza uma reavaliação de decisões passadas, corrigindo autorizações anteriores que possam ter sido mal interpretadas (tradução nossa). Isso normalmente é feito porque os documentos entraram em nossa coleção por engano ou com base em uma autorização mais antiga que era problemática ou difícil de interpretar. Nesses casos limitados, a alienação é realizada em informações que já atingiram o fim de seu ciclo de vida e estão em nossas carteiras há algum tempo (Smith, 2021, p.4, tradução nossa).

Questionada sobre a frequência com que as instituições governamentais realizam o processo de avaliação, Smith afirmou que é difícil determinar, pois esse processo não é padronizado e não segue um cronograma específico de repasses. As instituições entram em contato com a LAC apenas quando estão prontas para o recolhimento de documentos.

Quanto à base teórica utilizada, Smith (2021) destacou que:

A macroavaliação é nossa base metodológica de orientação. Não nos apoiamos nas teorias de Couture, pois não fazem sentido em nosso contexto legislativo e não se alinham teoricamente com a macroavaliação. No entanto, fomos influenciados pelo trabalho de Verne Harris¹² e sua atuação na

¹¹ De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005), o termo *records schedule* é traduzido como tabela de temporalidade.

¹² Verne Harris é o arquivista dos trabalhos de Nelson Mandela desde 2004, como chefe do Programa de Memória no Centro de Memória e Diálogo da Fundação Nelson Mandela. Antes disso, ele havia trabalhado para a Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul e foi o Diretor do Arquivo de História da África do Sul.

África do Sul (Smith, 2021, p. 9, tradução nossa).

Em relação à avaliação de documentos digitais, Smith (2021) observou que as tecnologias digitais impactaram significativamente a prática de arquivamento, mas não alteraram a metodologia de avaliação da LAC. A avaliação continua sendo baseada na função e no contexto da criação dos documentos, o que permite que o trabalho de avaliação seja realizado antes da criação dos documentos, facilitando a gestão no ambiente digital.

Definitivamente, houve um grande impacto em nossa prática de arquivamento com o advento das tecnologias digitais, mas isso não resultou em mudanças em nossa metodologia de avaliação. Como avaliamos com base na função e no contexto da criação, muito do nosso trabalho de avaliação é feito antes do ponto da criação, o que se presta bem à avaliação em um ambiente digital. No entanto, tem implicações importantes quando se trata de aquisição e preservação de registros digitais. Uma das principais mudanças na avaliação resultou em uma mudança em que os arquivistas precisam ser muito mais específicos em suas decisões de seleção do que eram no passado. Em um mundo analógico, poderíamos identificar os documentos arquivísticos no nível do arquivo (*file level*, ou seja, a identificação de documentos de valor para guarda permanente poderia ser feita no arquivo permanente), ao passo que em um ambiente digital devemos identificar no nível do objeto (*object-level*, ou seja, a identificação deve ser feita antes mesmo da criação, de se materializar como documento arquivístico), em muitos casos. Como tal, é essencial que uma macroanálise de nível mais alto seja feita antes de examinar objetos individuais ou nos afogarmos sob os volumes de informação que temos que avaliar. A distinção entre avaliação e aquisição é crítica em um mundo digital, onde devemos considerar informações que não são necessariamente de responsabilidade dos arquivos governamentais a aquisição, de acordo com a Lei da LAC (Smith, 2021, p.10, tradução nossa).

Por fim, sobre as vantagens e dificuldades da metodologia de macroavaliação, Smith (2021) destacou que:

A LAC dedicou muitos esforços e recursos para criar um programa de destinação ágil e metodologicamente sólido. Em 2014, fomos incumbidos de reformular o programa após um relatório crítico do Auditor Geral do Canadá. Descobrimos que a macroavaliação continua sendo a metodologia mais adequada para nosso contexto. As principais dificuldades que enfrentamos estão fora de nosso controle, como a gestão deficiente de documentos (*poor recordkeeping*) em várias instituições governamentais e os desafios relacionados à preservação digital, que afetam arquivos no mundo todo (Smith, 2021, p.10, tradução nossa).

As informações registradas no questionário pela respondente Jenna Murdock Smith foram profícuas e complementaram aspectos abordados no referencial teórico e também nas informações sistematizadas da página eletrônica do Arquivo Nacional do Canadá, mas também aponta para dados que não estão nesses dois aportes, demonstrando que quando bem aplicado e respondido, o questionário se torna uma ferramenta eficaz na pesquisa científica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período pós-guerra, o Canadá inicialmente seguiu os passos dos Estados Unidos no campo da arquivística, especialmente sob a influência de Schellenberg. No entanto, o país logo traçou seu próprio caminho, adaptando-se às suas realidades e desafios específicos. Nesse contexto, o desenvolvimento da teoria arquivística canadense se consolidou com a contribuição de Terry Cook, funcionário do Arquivo Nacional do Canadá, que introduziu a metodologia da macroavaliação, marcando uma nova fase na prática arquivística do país. A macroavaliação, base teórica do sistema canadense, prioriza o processo avaliativo, centrando-se nas funções e no contexto de criação dos documentos.

Atualmente, o Arquivo Nacional do Canadá opera em conjunto com a Biblioteca Nacional, formando a instituição *Library and Archives Canada* (LAC). Apesar dessa fusão, a LAC mantém sua autonomia no tratamento de documentos arquivísticos, utilizando metodologias específicas da arquivologia. De acordo com a legislação que rege a instituição, a eliminação de documentos só pode ocorrer com a emissão de autorizações de destinação (*Records Disposition Authorizations – RDAs*). Contudo, essas autorizações não constituem uma exigência para a destruição dos documentos nem indicam o momento exato para tal. A decisão final sobre a eliminação é de responsabilidade das agências governamentais.

No que diz respeito aos documentos digitais, conforme relatado no questionário, o advento das tecnologias digitais teve um impacto significativo na prática de arquivamento. No entanto, isso não resultou em mudanças na metodologia de macroavaliação, que permanece centrada nas funções e contextos de criação dos documentos, independentemente do meio utilizado.

A pesquisa realizada permitiu identificar a base teórica utilizada pela LAC e compreender como a instituição lida com a avaliação documental, os instrumentos aplicados e os desafios enfrentados. Entre esses desafios, destacam-se as dificuldades estruturais e funcionais, como a separação entre a gestão documental e os arquivos, a falta de autonomia do Arquivo Nacional em relação às agências governamentais, o excesso de demandas para equipes reduzidas e a escassez de recursos. Esses problemas demonstram que, mesmo em países desenvolvidos, com maiores recursos, há dificuldades para uma implementação eficaz das práticas arquivísticas, muitas delas semelhantes às enfrentadas em países como o Brasil.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 5 abr. 2018.

CANADA. Access to Information Act (R.S.C., 1985, c. A-1). 1985. Justice Laws Website. Disponível em: <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/A-1/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

CANADA. Privacy Act (R.S.C., 1983, c. P-21). 1983. Justice Laws Website. Disponível em: <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/P-21/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

CANADA. Library and Archives of Canada Act (S.C. 2004, c. 11). 2004. Justice Laws Website. Disponível em: <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/L-7.7/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

COOK, Terry. Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950-2000. **Archival Science**, v. 5, n. 2-4, p. 101-161, dez. 2005. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-005-9010-2#citeas>. Acesso em: 4 nov. 2024.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL (Orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 17-81.

LIBRARY AND ARCHIVES OF CANADA (LAC). **Government Information Management and Disposition**. Canadá: LAC, 2021b. Disponível em: <https://www.baclac.gc.ca/eng/services/governmentinformationresources/Pages/government.aspx>. Acesso em: 03 fev. 2021.

LIBRARY AND ARCHIVES OF CANADA (LAC). **Government records appraisal disposition program**. Canadá: LAC, 2019. Disponível em: <https://www.baclac.gc.ca/eng/transparency/briefing/2019transitionmaterial/Pages/governmentrecordsappraisaldispositionprogram.aspx>. Acesso em: 28 mar. 2021.

LIBRARY AND ARCHIVES OF CANADA (LAC). **Multi-institution disposition authorizations**. Canadá: LAC, 2021c. Disponível em: <https://library-archives.canada.ca/eng/services/government-canada/information-disposition/disposition-government-records/multi-institution-disposition-authorizations/Pages/multi-institution-disposition-authorizations.aspx>. Acesso em: 30 maio 2021.

LIBRARY AND ARCHIVES OF CANADA (LAC). **The government records disposition program of Library and Archives Canada: program synopsis**. Canadá: LAC, 2021a. Disponível em: <https://www.baclac.gc.ca/eng/services/governmentinformationresources/disposition/Pages/programsynopsis.aspx>. Acesso em: 30 maio 2021.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocações entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SMITH, Jenna. Request Questionnaire Canada. 2021. Questionário aplicado via mensagem eletrônica à Maria Juliana Nunes da Silva.

SNYDER, Lorraine. Library and Archives Canada. **The Canadian Encyclopedia**, 05 June 2015, Historica Canada. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/library-and-archives-canada>. Acesso em: 09 dez. 2024.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 21-44, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/pXsQkdYw4W3BMkS33WtcDRC/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

WILSON, Bruce. Systematic appraisal of the records of the Government of Canada at the National Archives of Canada. **Archivaria**, Ottawa, n. 38, p. 218-231, 1994. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12054>. Acesso em: 25 jan. 2021.

THE EXPERIENCE OF THE NATIONAL ARCHIVE OF CANADA IN APPRAISING ARCHIVAL RECORDS

ABSTRACT

Objective: The objective is to analyze how the Library and Archives Canada-LAC, its National Archive, lays its theoretical foundations and how its practical actions take place in the appraisal function, especially with the macroappraisal. **Methodology:** The research is of a basic, qualitative and exploratory nature, document analysis was carried out on the website of the National Archives of Canada, and a questionnaire was applied. **Results:** Canada, in the post-war period, initially followed the steps of the United States, but then opened its own path according to its problems and realities, elaborating theoretical precepts and practical instruments concerning the action of appraisal. **Conclusions:** It was relevant to understand the theoretical basis used by this prominent institution, and also how it does appraisal, the instruments used and the difficulties faced, sometimes similar to ours, even in a developed country like Canada.

Descriptors: Appraisal. National Archive. Library and Archives Canada - LAC. Macroappraisal.

LA EXPERIENCIA DEL ARCHIVO NACIONAL DE CANADÁ EN LA VALORACIÓN DE DOCUMENTOS DE ARCHIVO

RESUMEN

Objetivo: es analizar cómo la Biblioteca y Archivos Canadá-LAC, su Archivo Nacional, fundamenta sus bases teóricas y cómo se desarrolla su accionar práctico en la función de evaluación de documentos, principalmente con la macro evaluación. **Metodología:** La investigación es de carácter básica, cualitativa y exploratoria, se realizó un análisis documental en la página web de los Archivos Nacionales de Canadá, y se aplicó un cuestionario. **Resultados:** Canadá, en la posguerra, inicialmente siguió los pasos de los Estados Unidos, pero luego abrió su propio camino de acuerdo a sus problemas y realidades, elaborando preceptos teóricos e instrumentos prácticos en torno a la acción de evaluación de documentos. **Conclusiones:** Fue relevante comprender la base teórica utilizada por esta destacada institución, y también lo que es hacer en términos de evaluación de documentos, los instrumentos utilizados y las dificultades enfrentadas, a veces similares a las nuestras, incluso en un país desarrollado como Canadá.

Descriptores: Evaluación de documentos. Archivo Nacional. Biblioteca y Archivos de Canadá - LAC. Macroevaluación.

Recebido em: 05.12.2023

Aceito em: 12.11.2024